

Biopolíticas e Covid-19: um esforço para entender o Brasil

Biopolitics and Covid-19: an effort to understand Brazil

Ítalo do Nascimento Oliveira Borba*

Resumo: A noção de biopolítica de Michel Foucault é frequentemente usada nos mais diversos contextos, devido ao seu potencial analítico singular. Esse trabalho busca investigar a inteligibilidade da noção para entender a gestão política da Covid-19 no Brasil. A consolidação de estratégias biopolíticas estão relacionadas a práticas sociais que constituem um corpo político soberano. Portanto, o caminho escolhido para entender o contexto brasileiro foi perceber que a utilização crítica da noção de biopolíticas deve considerar uma prática de política nacional situada num neoliberalismo periférico e lógica neocolonial.

Palavras-chave: Biopolítica; Covid-19; Soberania; Neoliberalismo

Abstract: Michel Foucault's biopolitics notion is often used in the most various contexts, due its singular analytic potential utilization. This work aims to investigate the notion intelligibility to understand the political management of Covid-19 in Brazil. The consolidation of biopolitical strategies was related with social practices that constitutes a political sovereign body. Therefore, the way we choose to understand the Brazilian context was realized that critical use of biopolitics notion must consider a national political practice based in a peripheral neoliberalism and neocolonial logics.

Keywords: Biopolitics; Covid-19; Sovereignty; Neoliberalism

O objetivo deste trabalho é aprofundar um pouco a noção de biopolítica de Michel Foucault e avaliar sua funcionalidade para entender o contexto da gestão política da Covid-19 no Brasil. Levando em consideração a proposta foucaultiana de desenvolver seu pensamento como uma caixa de ferramentas para abertura de caminhos filosóficos, não seria interessante propor uma exegese rígida de suas noções, mas problematizar e pensar sobre suas possibilidades e limites de contribuição. Poderíamos percorrer inúmeros caminhos para lidar com esse propósito. Escolho seguir por alguns textos do filósofo francês e as produções recentes de autores que dialogaram com o tema para analisar os cenários da pandemia. De que estamos falando quando utilizamos essa “noção *cult* de Foucault”¹? Seguiremos em dois movimentos: primeiramente debateremos a noção de biopolíticas, e posteriormente procuraremos entender um pouco melhor a capacidade do termo de ajudar na inteligibilidade no contexto brasileiro de gestão da pandemia.

O caminho de trabalho, portanto, é procurar desenvolver uma reflexão que leve em conta a singularidade do contexto de gestão da pandemia no Brasil. Desde o início das políticas que países implementaram contra a pandemia, nossas políticas estiveram à margem dos padrões mundiais. Apesar de um alinhamento inicial, as vezes nomeado negacionista, com o discurso de Trump, o cenário brasileiro não pode ser analisado tão facilmente. Percebemos que muitas abordagens filosóficas sobre a pandemia não davam conta de nossa realidade, e apenas lateralmente nos ajudavam a refletir sobre nosso contexto.

¹ PRECIADO, *Testo Junkie*, 29.

* Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: italoori@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0514-1553>



Uma reflexão a respeito da nossa gestão da pandemia deve passar de maneira incontornável pelas práticas políticas, tendo como fio condutor nosso contexto nacional de neoliberalismo da periferia mundial, e constituição de uma soberania brasileira pós-colonial.

Surgimento das biopolíticas

A passagem do século XVIII para o século XIX marca o surgimento de uma nova tecnologia de conduta dos vivos, segundo Michel Foucault. No curso de 1979, *Segurança Território e População*², Michel Foucault trabalha ainda com a concepção de poder, entretanto destaca a necessidade de se pensar um outro tipo de tecnologia de poder que não a disciplinar. O autor investiga o surgimento do biopoder e descreve como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política”³. Esse novo mecanismo desenvolve-se na organização do humano enquanto espécie, para garantir a regulação de um ambiente seguro, saudável e produtivo economicamente nas cidades. Nesse período, o que ganha espaço nos discursos dos saberes e nas práticas políticas é a ideia de população, como conjunto da espécie humana e objeto de problema. Portanto, as biopolíticas são iniciativas para governar esse novo corpo social disciplinado tido como coletividade humana num espaço de território delimitado.

O surgimento do biopoder na Europa está estreitamente vinculado ao planejamento das cidades. Por exemplo, podemos citar o estudo da reestruturação da cidade de Nantes⁴ resgatado por Foucault. O problema de reorganização da cidade parece ser a premissa para regular a circulação, prever o crescimento da cidade e estruturar seu desenvolvimento. No século XVIII temos um adensamento dos fluxos de comércio e explosão da demografia urbana, assim, o estudo de arquitetos desse período é importante para entender que o problema fundamental é a circulação de pessoas nas cidades. Nesse sentido, a ideia de população surge como um problema a ser resolvido pelos saberes da época, com isso, foram desenvolvidas várias tecnologias que pretendiam dar conta dessa intensificação de relações sociais de uma maneira ótima. O comércio deveria funcionar bem, as pessoas deveriam ser saudáveis para vender e consumir, as cidades deveriam ser seguras para as transações, e assim por diante.

No contexto do biopoder, o projeto de reorganização da cidade é consolidado através de, principalmente, quatro funções⁵: 1- higiene e arejamento, para diminuir o risco de propagação de doenças; 2- garantia do comércio no interior das cidades; 3- articulação de ruas e estradas para entrada e circulação do comércio estrangeiro; 4- vigilância da circulação promovendo segurança. Ou seja, podemos entender que o surgimento das biopolíticas promove a gestão das populações nas cidades, especificamente no contexto de arquitetura

² Foucault relata que talvez fosse preferível mudar o nome do curso para história da governamentalidade. FOUCAULT, *Segurança, Território e População*, 32.

³ Foucault não define claramente as características biológicas fundamentais citadas, mas podemos entender que são as condições vida como, por exemplo: saúde (prevenção de doenças, controle de natalidade e crimes contra a vida), e alimentação (organizar o comércio de alimentos). FOUCAULT, *Segurança, Território e População*, 3.

⁴ O estudo da reestruturação da cidade é de 1932 realizado por Lelièvre numa tese de doutorado, entretanto o projeto é de 1760 feito por um arquiteto chamado M. Rousseau. Ou seja, as práticas de organização e delimitação do espaço públicos podem ser pensadas genealogicamente como heranças desse período. FOUCAULT, *Segurança, Território e População*, 36.

⁵ FOUCAULT, *Segurança, Território e População*, 24.

das cidades europeias, não através da disciplina e cercamento dos homens, mas na gestão do crescimento orgânico do humano enquanto coletividade.

O corpo social, portanto, é governado através dessas estratégias de politização da vida. A noção foucaultiana de governamentalidade pretende lançar luz sobre essa racionalidade que os saberes constituem na condução do comportamento dos vivos. A maneira de governar não é somente a criação de normas sociais, mas uma certa produção de subjetividade vinculada a essa rede de tecnologias. Ou seja, a governamentalidade é um conjunto de procedimentos ou dispositivos que não somente controla sujeitos sociais, mas incide justamente no processo de constituição das subjetividades desses indivíduos. Assim sendo, a governamentalidade é uma noção mais abrangente, que pode abarcar as tecnologias de poderes específicas de determinado contexto histórico.

Lembramos que a noção de dispositivo é importante para entender o pensamento foucaultiano, principalmente a partir da metade dos anos de 1970. Foucault ressalta que um dispositivo é um conjunto heterogêneo de relações de força, que condicionam saberes e por eles são condicionados⁶. Portanto, ele torna-se uma força circunscrita numa estratégia de poder, ou melhor uma rede de relações que articula elementos tanto discursivos, quanto não discursivos, práticas e instituições. A preocupação do autor é mapear as redes de forças, de relações de poder que condicionam as condutas e a formação de conhecimento sobre a realidade. Apesar da aparente amplitude do termo, o filósofo francês opera numa dimensão da concretude social, mapeando a atuação dos dispositivos nas práticas e políticas.

Gilles Deleuze propõe que o dispositivo opera em relação a linhas de subjetivação, processos que constituem a subjetividade num domínio social, historicamente recortado, ou seja, num determinado cenário específico. Dessa forma o autor destaca que uma filosofia do dispositivo tem duas consequências principais: 1- contrapor-se a princípios de universalidade, não assumir que existam conceitos universais; 2- perseguir o surgimento do novo, do acontecimento singular⁷. Levando em conta essa leitura, podemos entender melhor as práticas de governo que englobaram a biopolítica. O dispositivo, portanto, deve lidar com uma realidade determinada, e seus condicionamentos incidem de acordo com as formas que se pode controlar e organizar o social. A leitura que propomos para a noção de dispositivo não pretende tomar o termo como um conceito foucaultiano encerrado, mas apenas de acordo com suas diversas recorrências abrir a proficuidade de sua utilização.

Finalmente, a partir desse debate da abordagem foucaultiana entendemos que a noção de biopolítica é constituída num contexto bastante específico de constituição da organização de populações europeias a partir do século XVII. Destacamos também que os dispositivos que regulam essas práticas políticas organizam saberes e políticas específicas de cada contexto e, dessa forma, estabelecem uma rede de relações para produção de subjetividades. Nessa perspectiva, como proposto por Deleuze, nos contrapomos a posturas universais e conseguimos entender um pouco melhor as singularidades, as especificidades de cada cenário, entender de que forma somos o que somos, justamente na maneira em que nos colocamos segundo certas experiências sociopolíticas.

Soberania e Epidemias

A questão da formação das biopolíticas, portanto, é estreitamente ligada ao processo de constituição de soberania. A constituição de políticas de governamentalidade que pretendem agir sobre o corpo da população mobiliza estratégias de cuidado com essa

⁶ FOUCAULT, *Dits et Écrits*, 299-300.

⁷ DELEUZE, *What is a dispositif?*, 162-163.

coletividade. Essa rede de técnicas e procedimentos de conduta mobiliza saberes que assumem um discurso sobre um determinado território e o conjunto da espécie humana que nele habita. Os procedimentos de biopoder têm por finalidade, além da regulação da circulação eficiente de uma população, em termos de higiene ou economia, também tem por objetivo produzir essa população enquanto corpo político. Foucault propõe que a noção de soberania, na medida em que ela embasa os direitos de viver e de morrer, torna-se fundamental para entender esse processo de estatização do biológico⁸.

Paul Preciado, lendo Foucault, observa que a biopolítica põe em questão a constituição do corpo social na modernidade, não no controle de um corpo coletivo dado, mas na produção dele⁹. Um corpo social soberano é produzido ao longo de um processo que mobiliza o que deve ser legítimo de ser parte de uma comunidade, e por conseguinte determinando também o que é ilegítimo. O esforço de entender como se forma esse corpo social, essa coletividade, deve dar conta da iniciativa de compreender as práticas que fazem dessa comunidade uma organização soberana.

Preciado preocupado em analisar a gestão política da pandemia, mobiliza a noção de biopolíticas relacionada nesse problema de constituição da soberania e imunidade comunitária. Preciado propõe que toda estratégia biopolítica é imunológica, ou seja, ela pretende construir uma certa soberania de acordo com uma proteção da comunidade¹⁰. Nesse processo são relacionados parâmetros identitários, sociais e políticos sobre a população que consolidam a segurança de um território. Dessa forma, as biopolíticas organizam a forma como um território é consolidado a partir de processos de poder que atuam sobre sua população.

A noção de dispositivo articulada por Foucault, portanto, nos auxilia a entender a maneira como as práticas de soberania são constituídas em sua singularidade, em cada estratégia de consolidação de imunidade de um corpo social. Esse é um paradoxo da biopolítica: ao mesmo tempo que pretende imunizar uma população gerindo seu espaço e sua saúde, também coloca um limite do que deve morrer, o que está excluído dessa soberania. A autoridade que se consolida através dessa gestão política define tanto o que deve viver quanto o que deve morrer.

Preciado quando analisa a gestão política da pandemia não aplica a noção de biopolítica aos possíveis cenários em que deseja lançar luz, mas, ao contrário, levanta a questão da produção de soberania específica de cada território para se entender melhor a gestão biopolítica da população. O autor traça alguns paralelos para esclarecer a questão de gestão política de pandemias. Por exemplo, seria interessante perceber que o tratamento da sífilis do século XVI ao XIX mobilizou várias questões de soberania e identidade. Os ingleses a chamavam de “doença francesa”, os franceses de “mal napolitano”, os napolitanos apontavam sua origem nos indígenas das américas. No mesmo caminho, a AIDS no século XX colocou as questões de sexualidade e heteronormatividade em evidência com o tratamento político da doença. A regulação dos corpos foi modulada como uma repressão da homossexualidade. Ou seja, em cada tratamento de epidemia mobilizou-se referências distintas sobre como os dispositivos biopolíticos deveriam incidir sobre a população, relacionando os que fazem parte da comunidade e os que não devem fazer parte.

O que está em jogo em nosso debate é a pergunta: como estamos gerindo especificamente a pandemia? Quais as relações entre a constituição de nossa soberania social e a gestão política da população têm sido levantadas? Preciado resume a relação entre

⁸ FOUCAULT, *Em Defesa da Sociedade*, 286.

⁹ PRECIADO, *Aprendendo do Vírus*, 2.

¹⁰ PRECIADO, *Aprendendo do Vírus*, 2.

governo das populações e crises epidêmicas na proposição: “diga-me como sua sociedade constitui sua soberania política, e eu lhe direi quais serão as formas de suas epidemias e como você as enfrentará”¹¹. Devemos pensar uma constituição mútua dessas práticas políticas. Podemos entender a gestão política nacional da COVID-19 pela constituição de nossa soberania nacional, ou, ao contrário, esclarecer um pouco mais sobre a constituição de nossa soberania analisando essas políticas.

Perseguimos a genealogia das biopolíticas com Foucault e percebemos que está evidentemente relacionada com a consolidação de uma população em certo território, com a governamentalidade que tem por objetivo uma população saudável e produtiva. A constituição desse processo é completamente contingencial ao contexto político social de cada cenário. Por isso, seguindo com Preciado esclarecemos que a questão da soberania é indispensável para entender a gestão política de epidemias, pois ela retoma questões de que corpo social estamos falando quando tratamos de imunidade e saúde. Tendo essas questões delimitadas, podemos fazer um esforço para começar a pensar um caminho de reflexão na gestão política da COVID-19 no Brasil.

A não gestão política brasileira ou biopolíticas para quem pode

Joneffer Barbosa, em um texto intitulado “políticas de desaparecimento e niilismo de Estado”, desenvolve a noção de políticas de desaparecimento para analisar uma governamentalidade neocolonial, especificamente na América latina¹². O autor pretende deslocar o debate das noções, principalmente, de biopolítica e necropolítica, criticando os limites dessas noções para entender o contexto latino-americano. O autor defende, basicamente, que a gestão política da pandemia no Brasil não se trata de uma politização da vida biológica (biopolítica), nem da vida nua em Agambem. Nesse momento estamos lidando com uma política de apagamento de rastros como gestão política. O cenário atual de subnotificação de casos da COVID-19, a reativação de cemitério periféricos e o abandono das favelas à pandemia, são exemplos dessas práticas de desaparecimento.

A primeira frase do texto de Barbosa é “os subnotificados da Covid-19 são os desaparecidos políticos do nosso tempo recente”¹³. A partir disso, temos uma reflexão bastante pertinente para o tema. Evidentemente, em cenários de pandemia, quando uma doença se alastra indefinidamente em período curto de tempo, existe uma margem de subnotificação incontornável. Os casos retratados pelas estatísticas nunca se aproximam do real de maneira satisfatória. Entretanto, não é disso que estamos tratando. O governo brasileiro desde o início se mobilizou ativamente para minimizar a potência da pandemia e as possibilidades de letalidade para a população.

O que percebemos no Brasil foi uma conclamação à normalidade e a participação do presidente em diversas aglomerações de incentivo a retomada da economia. As medidas de flexibilização social já eram debatidas em todo país, mesmo frente a dados de aumento constante do número de mortos. Naturalmente, essa posição do governo brasileiro contra as recomendações da OMS, e na contramão da maioria do resto do mundo, não são somente retóricas. Enquanto os dados oficiais informam duzentas e cinquenta e cinco mortes no Amazonas¹⁴, a realidade parece ser bastante diferente, apontando para mais de mil mortes¹⁵.

¹¹ PRECIADO, *Aprendendo do Vírus*, 4.

¹² BARBOSA, *Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado*, 2.

¹³ BARBOSA, *Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado*, 2.

¹⁴ <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado em 25/04.

¹⁵ <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/em-colapso-pelo-coronavirus-manaus-enterra-1249-em-duas-semanas-ja-teme-falta-de-caixoes-24388568>. Acessado em 25/04.

O que temos, no caso, não é apenas o fenômeno da desinformação que é ponto característico do governo em questão, mas temos também uma política de apagamento das vidas. Segundo Barbosa, as técnicas de desaparecimento produzem vidas que não deixam rastros. Essa análise de gestão política nos ajuda na inteligibilidade de uma lógica latino-americana¹⁶, que não atuaria no corpo vivo da população, mas no plano histórico, na produção de discursos e dados sobre as práticas sociais.

A utilização da expressão “desaparecidos políticos” pelo autor não é gratuita, trata-se claramente de um paralelo com a história das ditaduras latino-americanas. Os desaparecidos políticos seriam um tema recorrente em nossas histórias, desde os navios negreiros chamados de navios tumbeiros, até assassinatos realizados pelo narcotráfico (ocorridos no Brasil e outros países da América Latina)¹⁷, fenômenos que nunca possuem dados palatáveis. Portanto, a prática de desaparecimento e apagamento dos registros das populações seria um traço das práticas históricas coloniais e neocoloniais. Dessa forma, Barbosa conclui que biopolítica e necropolítica não dão conta de entender muito bem as especificidades do caso brasileiro pois amparam-se numa noção de soberania que tem como definição o poder sobre a vida e a morte.

Contudo, através do alinhamento entre Foucault e Preciado, percebemos que soberania pode ser entendida como um processo de práticas de gestão política que compreender uma relação entre corpo social e território. Naturalmente, se tomamos a noção de soberania como um dado encerrado, não damos conta das singularidades de cada ente político em sua constante constituição de identidade. Ou seja, seria interessante entender o fenômeno dos desaparecidos políticos como parte da consolidação de uma soberania nacional, como uma prática de imunidade do corpo social contra o que se caracteriza de estranho, de não pertencente. Por exemplo, podemos entender que a insuficiência de dados de violência do narcotráfico é indispensável para pensar a constituição de uma identidade nacional a parte da marginalidade, como civilização desenvolvida.

Foucault também ressalta que justamente no momento de consolidação das biopolíticas surgem as estatísticas¹⁸. No contexto dos saberes direcionados a mobilizar as populações, a estatística surge como dispositivo para promover dados para o Estado, para organizar as taxas de natalidade e mortalidade, por exemplo. Portanto, a produção de informação torna-se um dispositivo indispensável para o Estado produzir os mecanismos de biopolítica. Os dispositivos de saber, então, também têm por objetivo regular esses dados sobre as populações como uma prática política estratégica, seja para gerir a medicalização, a morte, ou o apagamento de seus rastros.

Barbosa destaca, de maneira interessante, que a quarentena europeia e a cibervigilância asiática são modelos que não são compatíveis com o paradigma conduzido pela política nacional. Esses são modelos que estão de acordo com a governamentalidade biopolítica, mas não com uma governamentalidade neocolonial. O autor ressalta que “o governo biopolítico de populações tornou-se, em nosso tempo, um privilégio de classe”¹⁹. Seguimos com o autor nesse ponto. Certamente fazemos parte de um movimento global de aperfeiçoamento de tecnologias de controle digital, mas devemos perceber nossa posição dentro desse modelo de progresso e desenvolvimento. Se esse modelo ainda não nos presta

¹⁶ Barbosa articula a noção de desaparecimento como uma gestão política que perpassa vários países da América Latina, principalmente tendo como referência a ausência de dados sobre mortes pelo narcotráfico e pelas ditaduras latino-americanas.

¹⁷ BARBOSA, *Políticas de desaparecimento e nihilismo de Estado*, 4.

¹⁸ FOUCAULT, *Segurança, Território e População*, 365.

¹⁹ BARBOSA, *Políticas de desaparecimento e nihilismo de Estado*, 7.

tanta inteligibilidade é porque nos situamos às margens do neoliberalismo global, na periferia das governamentalidades neoliberais.

No início dos casos de Covid-19 no país tivemos um debate entre as chamadas estratégias de isolamento vertical e isolamento horizontal. Após a proposta de um isolamento vertical, aquele que deixa isolado apenas os pertencentes ao grupo de risco, temos um certo consenso de especialistas que o ideal seria o isolamento horizontal. Entretanto, a questão que se apresenta é a real aplicabilidade dos parâmetros desse isolamento horizontal nas favelas brasileiras. Os limites da proposta vão desde as condições de saneamento das casas e das comunidades, com a desproporção do número de pessoas na mesma casa, até a impossibilidade de solicitação e recebimento de auxílios pela internet (sendo necessário o deslocamento e aglomeração em filas).

Barbosa coloca que o método do desaparecimento trabalha não na proteção da população, mas em seu desaparecimento. Entretanto, sabemos que o atual governo brasileiro não utiliza esse método homoganeamente na população brasileira, mas setores bem específicos da população são tocados mais por essas políticas. A classe média alta protestando a favor do retorno à normalidade em seus carros é atingida por essas políticas, mas até um certo limite. As subnotificações dos casos de Covid-19 atingem a todos, porém os territórios mais atingidos são as periferias. Dizem que o vírus não escolhe classe ou cor, mas os que mais morrem são pretos e pobres. A necessidade do Brasil seria, então, pensar políticas adequadas às relações entre desigualdade social e espaço urbano. As favelas brasileiras não podem ser objeto de gestão política das mesmas maneiras que as cidades europeias.

Foucault nos deixa pistas importantes para pensar a biopolítica nos termos da consolidação do corpo social como “Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do poder”²⁰. Esses apontamentos, que posteriormente foram aprofundados por Achille Mbembe na noção de necropolítica, nos permitem pensar a legitimidade da gestão da morte para determinada parcela da população, e a relação socio-histórica das práticas políticas coloniais que justificam essas medidas.

O Estado brasileiro pode ser niilista, mas um niilista um tanto seletivo. O próprio desaparecimento dos rastros de determinados setores da sociedade já é a produção de uma política higienista neocolonial. Ainda nessa lógica de autodestruição do Estado ou de sua população, Vladimir Safatle parece ter uma preocupação parecida ao analisar o contexto nacional. É preciso entender as especificidades dessa gestão política que apresentam um novo estágio nos modelos da lógica do neoliberalismo²¹.

O que pretendo destacar, portanto, é que presenciamos uma consolidação de dispositivos de governamentalidade sob a égide de um neoliberalismo periférico. Temos uma soberania biopolítica organizada a partir da possibilidade de morte considerável de uma parcela da população pela Covid-19, sob o pretexto da racionalidade econômica. Nesse momento, os trabalhadores que se encontram mais desamparados são justamente os informais, aqueles que estão numa lógica de empresários de si mesmos. Também é perceptível uma gestão política de desaparecimento da população através de estratégias ativas de subnotificação das mortes, amparadas por práticas neocoloniais de consolidação do corpo social.

Finalmente, a gestão política da pandemia que nos contempla no Brasil é menos tocada pela incompetência de um agente político ou outro, do que pelo entrecruzamento desses dispositivos de governamentalidade. Como coloca Safatle “Esse governo é a realização

²⁰ FOUCAULT, *Em Defesa da Sociedade*, 309.

²¹ SAFATLE, *Bem-vindo ao Estado suicidário*, 2.

necessária de nossa história de sangue, de silêncio, de esquecimento. História de corpos invisíveis e de Capital sem limite. Não há insanos. Ao contrário, a lógica é muito clara e implacável”²².

Referências

BARBOSA, Jonnefer. *Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado*. n-1, 2020, disponível em: <https://n-1edicoes.org/024>

DELEUZE, Gilles. *What is a dispositif?* In: *Michel Foucault Philosopher*. Trad. Timothy J. Armstrong. Nova Iorque: Routledge, 1992.

MICHEL, Foucault. *Segurança, Território e População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MICHEL, Foucault. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MICHEL, Foucault. *Dits et Écrits*, III. Paris: Gallimard, 1994.

PRECIADO, Paul. *Aprendendo do vírus*. n-1, 2020, disponível em: <https://n-1edicoes.org/007>

PRECIADO, Paul. *Texto Junkie*. Trad. Maria Paula Gurgel. São Paulo: n-1, 2018

SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao Estado suicidário*. n-1, 2020, disponível em: <https://n-1edicoes.org/004>

²² SAFATLE, *Bem-vindo ao Estado suicidário*, 8.